



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

**Comissão Especial da Reforma Tributária**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº \_\_\_\_\_ de 2019**

(Do Senhor Marcelo Freixo e da Senhora Fernanda Melchionna)

*Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para falar sobre as tratativas para a criação de novo imposto sobre movimentações financeiras no âmbito do Ministério da Economia e sobre as razões da exoneração do Sr. Marcos Cintra, Ex-Secretário da Receita Federal.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, inc. I, §§1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado da Economia, Paulo Nunes Guedes, para comparecer nesta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre as tratativas para a criação de novo imposto sobre movimentações financeiras no âmbito do Ministério da Economia e sobre as razões da exoneração do Sr. Marcos Cintra, Ex-Secretário da Receita Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Conforme entrevista do Ministro da Economia à jornalista Claudia Safatle do jornal Valor Econômico, o Ministério estava em discussão avançada para criar um novo imposto sobre transações financeiras.

Conforme expôs o Ministro, discorrer sobre a alíquota do novo imposto:

“Podemos desonerar a folha de 20% para 13%, ao mesmo tempo podemos reduzir até acabar com a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL), se quiserem recorrer a esse outro imposto. Tem uma escadinha na proposta de reforma que é assim: se quiser 0,2% de imposto pode baixar a desoneração da folha para 13%, se quiser pagar 0,4% você já consegue derrubar a CSLL, se quiser pagar 1% você acaba com o IVA.”

Questionado se o Presidente concordaria com a proposta, o Ministro foi enfático:

“O presidente me apoiou na reforma da Previdência. Mas ele é um homem muito sincero. A vida toda ele foi contra a reforma da Previdência e um dia ele me disse: "Vou fazer porque é importante para o Brasil, mas não gosto, estou fazendo com uma dor no coração". Se dependesse só dele ele não gostaria de fazer uma reforma da Previdência, ele sabe que é um sacrifício. Mas ele sabe da responsabilidade então ele dá apoio. No caso desse imposto é a mesma coisa: ele não tem entusiasmo, ele não gosta desse imposto sobre transações. Mas preciso desse imposto para desonerar a folha. Se a Câmara e o Senado não quiserem, continua com o imposto onerando a folha. O Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos. Conforme a alíquota, ele pode arrecadar até uns R\$ 150 bilhões por ano.”

A proposta estava tão avançada no Ministério que o Ministro chegou a especificar os dispositivos previstos, como fez quando discorreu sobre como evitaria a sonegação:

“Tem uma cláusula que diz que um negócio, uma compra de imóveis, por exemplo, só tem validade jurídica para quem recolher imposto. Traficante pegou dinheiro em espécie e pôs tudo no caminhão, foi lá e comprou apartamento em Ipanema, pagou



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

em dinheiro, você pode tomar o apartamento dele, porque ele não pagou imposto. Ele é diferente da CPMF porque pega contrabandista, traficante. "Ah! Mas o pequenininho vai sofrer!". Todo mundo usa o pobre de escudo. No Bolsa Família, se ele pegar todo o dinheiro e comprar alguma coisa vai recolher R\$ 2 reais com o imposto."

Percebe-se que a proposta estava pronta, acabada e endossada pelo Ministro da Economia que já discorria sobre seus detalhes com profundo conhecimento, pressupondo, inclusive, o aval do Presidente da República.

Diante da repercussão negativa da entrevista do Ministro, o Presidente da República, conforme divulgado na imprensa, teria mandado demitir o Secretário da Receita Marcos Cintra, alegando que seu adjunto teria divulgado a proposta de reforma tributária do Governo com a criação do novo imposto sobre transações financeiras, sem o aval do Ministro da Economia e do próprio Presidente.

Ocorre que a divulgação da proposta foi realizada pelo próprio Ministro da Economia e não pelo Secretário da Receita Federal.

É fundamental que a sociedade tenha conhecimento de como estão transcorrendo as tratativas para a criação de um novo imposto sobre transações financeiras no âmbito do Ministério da Economia. Da mesma forma, é necessário que seja dada transparência aos verdadeiros motivos que levaram à demissão do Ex-Secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, anunciada com euforia pelo Presidente da República em suas redes sociais.

São essas as razões que fundamentam o presente Requerimento de convocação que esperamos seja devidamente acolhido pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em                      de setembro de 2019.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Marcelo Freixo  
PSOL/RJ

Fernanda Melchionna  
Vice-líder do PSOL